



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO
PRIMEIRO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No trigésimo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador Zeca Pirão. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, a vereadora Enfermeira Nazaré Lima assumiu a presidência da Mesa. Subiu então à tribuna o vereador Zeca Pirão e relatou ter ido ao Distrito de Outeiro, no dia anterior, desmentir o boato de que o governador Hélder Barbalho iria retirar algumas balsas que fazem o transporte após a interdição da ponte. Na ocasião, continuou, testemunhou a dificuldade enfrentada pela população, comentando que o governo estadual, desde o ano anterior, fazia a recuperação das ruas do distrito. Reportou que a deputada federal Elcione Barbalho destinara dois milhões de reais em emendas parlamentares para obras em vias da localidade. Apesar desses investimentos, reconheceu, muitas ruas ainda ficariam sem beneficiamento porque entre 80% e 90% das vias de Outeiro ainda precisavam ser asfaltadas e drenadas. Caratateua é uma ilha bonita, abrigando mais de cem mil moradores, e precisa ser tratada com carinho e respeito, afirmou. Devem ser encontrados meios de gerar recursos para investir em Outeiro e em Mosqueiro, preconizou, sugerindo a criação de uma lei estabelecendo um percentual do orçamento municipal de Belém a ser aplicado nesses distritos. Pediu ao vereador Fernando Carneiro que fizesse novamente uma emenda à Lei Orgânica do Município de Belém – Lomb determinando que os distritos de Outeiro, Mosqueiro e Icoaraci tivessem dotação orçamentária própria. Avaliou que traria muitos benefícios a esses distritos a construção de pontes ligando Outeiro a Icoaraci e Outeiro a Mosqueiro, como planejava o governo estadual. Agradeceu ao governador Hélder Barbalho o empenho em trazer melhorias para Outeiro, Mosqueiro e Icoaraci, noticiando o recente investimento na perfuração de poços em Outeiro e Mosqueiro, para suprir de água a população. Reconheceu a dedicação da gestão do prefeito Edmilson Rodrigues, com o asfaltamento e drenagem de mais de cem ruas nas áreas periféricas de Belém. Destacou também o enorme investimento do governo estadual para melhorar a infraestrutura do sistema viário, totalizando mais de um bilhão de reais, beneficiando Belém e a Região Metropolitana, além de vários outros municípios paraenses. Saliu sempre ir atrás das mudanças e investimentos necessários, reportando ter visitado a sede da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, em Brasília, tentando obter a perfuração de poços de água. Pensava então que não seria atendido, mas o presidente da instituição o atendeu e prontificou-se a viabilizar vinte poços profundos em Belém. Tudo foi então repassado ao presidente da Companhia de Saneamento do Pará – Cosanpa, mas até a data atual, nada fora encaminhado pela companhia, que precisaria fornecer apenas os tubos e executar o serviço, pois o equipamento para a perfuração seria fornecido pela Funasa. Disse em seguida que receberia neste dia a proposta de uma empresa paulista sobre a venda de 500 ônibus elétricos e a repassaria ao prefeito Edmilson Rodrigues. Conversaria também com o superintendente do Banco do Brasil para saber qual linha de financiamento seria disponibilizada para dar suporte à Prefeitura Municipal de Belém – PMB no negócio. A licitação do sistema de transporte público permitiria que, a cada ano, dez por cento da frota de ônibus fosse equipada com ar condicionado, frisou. Opinou, entretanto, que a adoção de ônibus elétricos representaria um avanço por reduzir a dependência de combustível fóssil, lembrando que esta Casa ainda teria que aprovar a isenção de 2% do Imposto Sobre Serviços - ISS para as empresas do transporte público. Em aparte, manifestou-se o vereador Fernando Carneiro. Gizelle Freitas referiu-se à decisão monocrática do ministro Alexandre de Moraes restituindo o mandato de vereador a Zeca do Barreiro, considerando que o ministro fora possivelmente induzido ao erro, não tendo julgado a ação. Tal decisão, comentou, não constituiu somente um duro ataque à sua pessoa e à primeira chapa coletiva a ter assento em um parlamento municipal na Região Norte do Brasil,

mas também um duro ataque à luta das mulheres por representação no espaço político. Devem prevalecer a empatia e o respeito entre os membros desta Casa, alegou, lembrando que o direito das mulheres ao voto foi estabelecido pela Constituição Federal de 1932, mas noventa anos depois ainda havia um cenário de muita violência contra as mulheres, inclusive violência política. No dia de sua posse, 14 de março, apontou, completaram-se quatro anos do assassinato da vereadora Marielle Franco, um crime ainda não esclarecido. Não se visou apenas matá-la, mas matar também seu legado, sua história e a luta que ela representa, a ocupação de espaços na cena política pelas mulheres, atestou. Questionou seus pares se não estranhavam o fato de que, dentre as trinta e cinco cadeiras deste parlamento, somente seis fossem ocupadas por mulheres. Ressaltou não se tratar de uma contenda contra o vereador Zeca do Barreiro, revelando sequer conhecê-lo pessoalmente, mas de uma guerra contra um conjunto de elementos, posturas, falas e estruturas de uma sociedade patriarcal e sexista que impedia aos corpos femininos ocupar espaços como esta Casa. Não queriam ser apenas acessórios nos partidos, mas sim fazer parte dos espaços de decisão política, declarou, frisando que a cota de gênero não é caridade nem benesse e deveria ser respeitada por todas as agremiações partidárias. As providências cabíveis estavam sendo tomadas por seus advogados, assegurou, pois haviam perdido um *round*, mas o combate continuaria. Trouxera a este parlamento a luta que travava havia mais de vinte anos, como militante feminista, antirracista e socialista, afirmou, expressando que os homens não sentiam a opressão machista, embora passassem por outros preconceitos. A decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Pará – TRE-PA de cassar o partido Avante neste parlamento veio reparar uma fraude eleitoral, pois um candidato homem foi registrado com o gênero feminino, indicou. A guerra contra a estrutura patriarcal de nossa sociedade prosseguiria, retomou, sendo também uma guerra contra os partidos políticos contrários a que as mulheres trabalhadoras, negras, LGBT, indígenas e quilombolas ocupassem os espaços de poder. Pablo Farah agradeceu à direção do Instituto de Gestão Previdenciária do Pará – Igeprev a decisão de liberar o pagamento aos pensionistas e aposentados do estado que não haviam feito o cadastramento no órgão. O pagamento fora suspenso, deixando os beneficiários impossibilitados de comprar alimentos e remédios, e pedira da tribuna na sessão anterior a sua liberação, recordou. Esclareceu depois ter parabenizado o vereador Zeca do Barreiro por retornar a este parlamento, assim como anteriormente parabenizara a vereadora Gizelle Freitas por ingressar nele, ponderando não caber aos vereadores desta Casa entrar no mérito da decisão judicial. A cota de gênero deve ser respeitada e o ideal seria que não fosse necessária, mas em nosso país a Justiça deve intervir para garanti-la, refletiu. Manifestou apoiar a vereadora Gizelle Freitas e o vereador Zeca do Barreiro, pedindo à Justiça que decidisse de uma vez por todas a questão. Solidarizou-se à vereadora Gizelle Freitas, reconhecendo ser ela uma combatente da luta coletiva, assim como também era, pois advinha da luta sindical. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do PL, Pablo Farah confessou que, ao chegar a esta Casa, espelhou-se muito na conduta e atuação política do vereador Zeca Pirão, presidente deste Poder. Nossa cidade tem um dos piores índices de saneamento do Brasil, destacou, e os distritos de Icoaraci, Mosqueiro e Outeiro, além de Cotijuba e demais ilhas de Belém, não dispunham de orçamento suficiente, nem de equipamentos. Tais localidades somente recebem obras emergenciais nos períodos de veraneio, salientou. Externou concordar com presidente Zeca Pirão e o vereador Fernando Carneiro quando propunham dotação orçamentária própria para os distritos de Icoaraci, Outeiro e Mosqueiro. Sugeriu a criação de uma comissão para levar tal proposta ao Executivo Municipal, advertindo que a população dos distritos citados não se sentia representada pelo município de Belém. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Fernando Carneiro e Amaury da APPD. Pela liderança do bloco DEM – Patriota – Cidadania, Josias Higino disse ver com normalidade o fato de haver apenas seis mulheres compondo este parlamento, assim como acharia normal se houvesse vinte mulheres e apenas quinze homens em sua composição. Tratava-se apenas do resultado do processo eleitoral, cabendo às mulheres filiar-se a um partido político e concorrer à eleição, postulou. Não entraria no mérito da decisão do ministro Alexandre de Moraes, enunciou, pedindo apenas às mulheres que se candidatassem e representassem suas comunidades. Exortou a vereadora Gizelle Freitas a continuar sua luta, garantindo que seria um prazer vê-la eleita deputada estadual no próximo pleito ou vereadora de Belém em 2024, caso não obtivesse sucesso na atual disputa judicial. Pediu a Deus que abençoasse sua carreira e que ela não desistisse e continuasse a ser uma mulher guerreira e forte. Recordou não ter conseguido a reeleição, após seu primeiro mandato nesta Casa, e isso foi impactante. Entretanto, testificou, não é o mandato que o leva a fazer política, pois a atividade política é uma forma de amar a Deus acima de todas as coisas e de amar ao próximo como a si mesmo e, assim, manteve sua atuação nos bairros da Terra Firme, Guamá, Jurunas e Cremação. Retornou então a esta Casa, com pouco mais de dois mil votos, não tendo gasto mais de trinta mil reais em sua campanha. Seu mandato estava também sob julgamento do TRE – PA, mas não perdia o sono por isso, embora acompanhasse o processo, revelou.

Pela liderança da Oposição, Matheus Cavalcante expressou respeitar todas as pessoas, das mais diversas ideologias, que superaram o estado de indignação e saem de suas casas, mobilizando-se para construir uma sociedade melhor, mais justa e igualitária. A política é o melhor caminho para conseguir isso, pontificou, pois somente através dela podemos obter mudanças institucionais, construindo a nação que tanto queremos e sonhamos. Notadamente, assentiu, divergia ideologicamente da vereadora Gizelle Freitas, mas pessoalmente respeitava sua militância e o seu mandato, acreditando que ela tinha muito a contribuir não somente com Belém, mas com a política em nível nacional. Parabenizou-a pela boa atuação, pedindo-lhe que não desistisse da luta, pois percebia ser uma luta sincera, não sendo a luta por um mandato, mas pela transformação social, pela transformação de Belém, movida por ideais e por crenças. Ajuizou ser realmente importante debater a cota de gênero porque em uma sociedade ideal ela nem deveria existir, mas infelizmente no Brasil essa não é a realidade, havendo muito mais mulheres votando em homens e homens votando em homens. Preferia que não fosse necessário criar leis para corrigir esse desequilíbrio, pois seria melhor adotar um processo de conscientização da sociedade ao invés da imposição legal, mas tal medida impositiva é pertinente, admitiu. Lamentou que alguns partidos políticos ainda desrespeitassem a cota de gênero e fizessem divisões injustas do fundo partidário. As eleições em nossa região são difíceis porque temos uma população necessitada e velhas práticas imperam no processo eleitoral, referiu. Desse modo, expressou, sentia-se feliz por ver uma pessoa movida por ideais alcançar uma votação relevante, como ocorreu com a vereadora Gizelle Freitas, pois isso mostrava ainda existirem mandatários e eleitores que acreditavam na política, cidadãos que acreditavam em pautas e propostas. Entendia isso como um sinal de esperança, apesar de saber que jamais teria o voto do eleitor de Gizelle Freitas, uma vez que se tratava de um posicionamento completamente diferente daquele que adotava, raciocinou. Entretanto, prosseguiu, julgava fundamental essa qualidade na política para o fortalecimento da democracia, um instrumento de pluralidade, pois apostava no conhecimento coletivo na formulação de leis e políticas públicas. Expôs ter ficado triste com a situação criada e reprovou a atitude do partido Avante - ressaltando nada ter contra o vereador Zeca do Barreiro - pois a vereadora Gizelle Freitas assumiu o mandato por menos de um mês com a mudança da decisão judicial. Pelo bloco PP - Podemos - Pros, Miguel Rodrigues requereu informações às lideranças do Governo na Casa sobre a redução do número de plantões médicos na Unidade de Saúde do Bengui, iniciando-se em 1º de abril, manifestando preocupação com tal medida, uma vez que a demanda por atendimento médico certamente não diminuiria. Em relação à disputa jurídica envolvendo a vereadora Gizelle Freitas e o vereador Zeca do Barreiro, este parlamento poderia apenas aguardar o desfecho, assinalou, sobrelevando que decisão judicial não se discute. Alertou depois que algumas ruas de Belém estavam alagando mais rapidamente com as chuvas intensas que atingiam a cidade devido ao assoreamento e consequente transbordamento dos canais. Solicitou à Secretaria Municipal de Saneamento - Sesan que os limpasse e dragasse para que pudessem drenar a grande quantidade de água que estavam recebendo ultimamente. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro solidarizou-se à vereadora Gizelle Freitas, dizendo ter certeza de que a decisão monocrática do ministro Alexandre de Moraes seria reformada pelo Plenário do Tribunal Superior Eleitoral - TSE. A decisão monocrática e liminar não analisou o mérito do processo, como o TRE-PA fizera anteriormente quando julgou ter havido fraude por parte do Avante e determinou a perda do mandato do vereador Zeca do Barreiro, evidenciou. Reiterou não se tratar de uma contenda com Zeca do Barreiro, pois entre os vereadores do PSOL e ele havia apenas diferenças políticas. Entretanto, o partido Avante cometera um ato doloso e deveria ser punido por isso. Solidarizou-se à bancada Mulheres Amazônidas, externando que a vereadora Gizelle Freitas tinha toda razão em estar magoada, pois conquistara o mandato legitimamente. O sexismo e o machismo, estruturais em nossa sociedade, não podem ser naturalizados por constituírem uma construção histórica que destina às mulheres um papel secundário, ponderou. Mulheres, pessoas negras e LGBTs não disputam eleições em condição de igualdade com os homens brancos e heterossexuais, reputou, e essa desigualdade deve ser combatida. A vinda de Gizelle Freitas a este parlamento é pedagógica, cogitou, pois alertava os partidos de que fraudes na cota de gênero não seriam mais toleradas. Na condição de homem, anunciou, colocava-se ao lado das mulheres como parceiro da luta pela desconstrução do machismo estrutural. Parabenizou a vereadora Gizelle Freitas pelo pronunciamento coerente, equilibrado e incisivo que fizera anteriormente, representando muito bem a luta das mulheres, em nível geral, para quebrar as correntes que as aprisionavam, condenando-as ao ostracismo político. A luta feminista melhora o mundo, pois faz com que toda a sociedade avance, e a luta pela participação feminina nos parlamentos é fundamental para derrubar o machismo estrutural, estabeleceu. Parabenizou também os trabalhadores e trabalhadoras da Companhia de Saneamento do Pará - Cosanpa pela vitória conseguida recentemente, após vinte dias de greve, obtendo 7,6% de aumento salarial e 5% no valor do ticket alimentação. Findo este pronunciamento e não havendo mais lideranças partidárias inscritas, a

presidente perguntou se alguma liderança que ainda não tivesse se manifestado gostaria de fazer uso da palavra. Subiu então à tribuna o vereador Allan Pombo e notificou que a PMB estava organizando a Primeira Bienal de Cultura e Arte de Belém, a ser realizada no final deste ano. Solidarizou-se também à vereadora Gizelle Freitas, enfatizando jamais ter condenado ou culpado o vereador Zeca do Barreiro por uma questão legal. Entretanto, assumiu, era legalista, membro do partido de Leonel Brizola, que realizou a Campanha da Legalidade no Rio Grande do Sul barrando a primeira tentativa de golpe militar em 1961. Desse modo, sempre defendia a legalidade e, embora não condenasse a postura do vereador Zeca do Barreiro e não julgasse quem estava certo ou errado, o partido Avante cometera uma fraude, inferiu. O caso deveria servir de exemplo para que situação similar não ocorresse no futuro, concluiu. Encerrado o Horário de Liderança, a presidente Enfermeira Nazaré Lima solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico para verificação de quórum. Assumiu em seguida a presidência da Mesa o vereador Bieco. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Retomou-se posteriormente a votação do requerimento do vereador Igor Andrade solicitando a criação de uma comissão especial para atuar junto à Comissão de Transportes e Sistema Viário desta Casa e participar do amplo debate, em conjunto com a PMB, sobre o aumento da tarifa de transporte público em nossa cidade. Após a leitura do requerimento, este foi posto em votação, sendo aprovado por unanimidade, com vinte e cinco votos favoráveis. Justificaram seus votos os vereadores Igor Andrade e Miguel Rodrigues. Foi feita depois a leitura e votação do requerimento do vereador Moa Moraes solicitando oito dias de licença parlamentar, no período de 31 de março a 07 de abril de 2022, sendo este aprovado por unanimidade. Procedeu-se posteriormente à leitura do requerimento do vereador Fernando Carneiro solicitando a realização de uma sessão especial para debater o tema do financiamento do sistema de transporte em Belém. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificou seu voto o vereador Fernando Carneiro, justificando também sua ausência do restante da sessão por compromisso externo. Em seguida, a vereadora Lívia Duarte pediu Questão de Ordem e fez o registro da presença dos trabalhadores e trabalhadoras do Sindimotobel, mototaxistas que visitavam esta Casa e pediam apoio aos vereadores para que entrasse em pauta e fosse aprovado o projeto de lei que os beneficiava. O presidente Bieco deu as boas-vindas aos representantes da categoria dos mototaxistas. Fez-se a seguir a leitura do requerimento do vereador Augusto Santos solicitando a realização de uma sessão especial em homenagem aos 74 anos da Sociedade Bíblica do Brasil, no dia 10 de junho, às oito horas, neste Salão Plenário. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Passou-se depois à leitura do requerimento da vereadora Bia Caminha solicitando que esta Casa enviasse ao Congresso Federal moção de apoio à prorrogação da Lei do Despejo Zero (Lei Federal nº 14216, de 07 de outubro de 2021). Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi feita a leitura do requerimento do vereador Allan Pombo solicitando a realização de uma sessão especial para discutir o modal cicloviário de Belém e ciclofaixas. Fez o encaminhamento o vereador Matheus Cavalcante (com aparte do vereador Lulu das Comunidades), Allan Pombo, Émerson Sampaio e Igor Andrade (com aparte do vereador Émerson Sampaio). Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Fez-se posteriormente a leitura do requerimento da vereadora Lívia Duarte solicitando a realização de uma sessão especial para tratar do tema “Lei federal da cota de gênero nas eleições e direitos das mulheres”. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, o presidente Bieco solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico para verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Entrou então em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto que “Inclui no calendário oficial do município de Belém o Festival de Música de Mosqueiro”, constante no Processo nº 1555/2021, de autoria da vereadora Lívia Duarte. Na discussão, manifestou-se a vereadora Lívia Duarte. Esta pediu Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco, de forma simbólica. Posta depois em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Assumiu posteriormente a presidência da Mesa o vereador Augusto Santos. Pronunciaram-se em seguida os vereadores Matheus Cavalcante, Pablo Farah e Enfermeira Nazaré Lima. Foi feita a seguir a leitura do projeto. Postos depois em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco, de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto que “Inclui no calendário oficial do município de Belém o Festival de Música de Mosqueiro”, constante no Processo nº 1555/2021. Entrou a seguir em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que “Institui a Semana Municipal do Uso Consciente da Internet”, constante no Processo nº 1847/2021, de autoria da vereadora Dona Neves. Fez-se posteriormente a votação de Questão de Ordem da vereadora Dona Neves solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco, de forma simbólica, sendo esta aprovada pela plenária. Na discussão, manifestou-se a vereadora Dona Neves. Procedeu-se em seguida à leitura do projeto. Postos depois em votação, os artigos do projeto foram

aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto que "Institui a Semana Municipal do Uso Consciente da Internet", constante no Processo nº 1847/2021. Justificou seu voto a vereadora Dona Neves. A seguir, o presidente Augusto Santos encerrou a sessão, às onze horas e oito minutos. Estava licenciado o vereador Altair Brandão. Justificaram suas ausências os vereadores Augusto Santos, Blenda Quaresma, João Coelho, Mauro Freitas e Neném Albuquerque. Estiveram presentes os vereadores: Pastora Salete, Josias Higino e Matheus Cavalcante, pelo bloco DEM – Patriota – Cidadania; Emerson Sampaio, Miguel Rodrigues, Renan Normando, Roni Gás e Túlio Neves, pelo bloco PP – Podemos – Pros; John Wayne e Zeca Pirão, pelo MDB; Goleiro Vinícius e Juá Belém, pelo Republicanos; Enfermeira Nazaré Lima, Gizelle Freitas, Livia Duarte e Fernando Carneiro, pelo PSOL; Pablo Farah e Bioco, pelo PL; Fábio Souza, pelo PSB; Moa Moraes, pelo PSDB; Amaury da APPD e Bia Caminha, pelo PT; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; Dona Neves, pelo PSD; Lulu das Comunidades, pelo PTC; Igor Andrade, pelo Solidariedade. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 30 de março de 2022.



1ª Secretária



Presidente



2º Secretário